

## REPÚBLICA DE MAZOMBOS: SEDIÇÃO, MAÇONARIA E LIBERTINAGEM NUMA PERSPECTIVA ATLÂNTICA

JÚNIA FERREIRA FURTADO\*

A 19 de julho de 1799, vindo do Reino, atracou no porto do Rio de Janeiro o navio Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio. Um preso que ia a bordo, exilado para Moçambique, Francisco Álvaro da Silva Freire, setenciado pela Inquisição como jacobino e pedreiro livre, escreveu a alguns amigos e correligionários, que acreditava partilharem das mesmas crenças, pedindo proteção e ajuda.<sup>1</sup> Entre eles estava Simão Pires Sardinha, filho da famosa Chica da Silva, natural do arraial do Tejuco, centro administrativo da Demarcação Diamantina, localizada na região nordeste da capitania de Minas Gerais e que, por esta época, residia em Portugal. Simão era um ilustrado, hábil naturalista, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e pertencia ao grupo de intelectuais reunido em torno de dom Rodrigo de Sousa Coutinho e do Príncipe Regente Dom João.<sup>2</sup> Outro destinatário foi Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, então Conselheiro da

---

\* Professora Titular de História Moderna do Departamento e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Produtividade 1A/CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro/FAPEMIG.

<sup>1</sup> Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Negócios de Portugal (NP), Fundo 59, Códice 68, vol. 15, fls. 184-184v, 185-185v, 280. Ver Paulo Gomes LEITE, “A Maçonaria o Iluminismo e a Inconfidência Mineira”, in *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 33, 1991, pp. 18-23.

<sup>2</sup> Sobre a trajetória dos irmãos Simão e Cipriano Pires Sardinha, ver Júnia F. FURTADO, “Mulatismo, mobilidade e hierarquia nas Minas Gerais: os casos de Simão e Cipriano Pires Sardinha”, in Rodrigo Bentes MONTEIRO et alli, *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo Ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 355-386.

Relação do Rio de Janeiro, que havia sido Fiscal e, entre 1789 e 1794, Intendente dos Diamantes no Tejuco. O terceiro era Antônio Modesto Mayer, à época Ouvidor de Vila Rica, chegando também a ser, um pouco mais tarde (entre 1801 a 1806), designado Intendente dos Diamantes, inicialmente nomeado interinamente pelo então Governador Pedro Maria Xavier de Athaíde Mello.<sup>3</sup>

Uma busca no navio foi suficiente para apreender as várias cartas incriminadoras. Segundo o Conde de Resende, vice-rei, “as cartas que se apreenderam (...) mostram bem a má alma deste homem [Silva Freire], e podem ser úteis para se conhecerem muitas das pessoas a quem foram escritas para haver a vigilância necessária a respeito das mesmas”.<sup>4</sup> Segundo Mayer, todos eram seus amigos, que se conheciam e frequentavam, em Lisboa, a casa de um outro amigo comum. De fato, as conexões estabelecidas por Silva Freire, por meio de sua correspondência, com indivíduos espalhados por vários pontos do império português, nos apontam para as conexões atlânticas de uma sociedade de pensamento<sup>5</sup> que se estendiam desde o arraial do Tejuco, no coração das Minas Gerais, passavam pelo Rio de Janeiro, chegavam ao Reino, à França e abrangiam Moçambique na África. A esta sociedade de pensamento denomino *República de Mazombos*. Tal escolha se justifica porque ambos os termos aparecem várias vezes referidos nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, movimento a que muitos dos seus membros estiveram associados. Cláudio Manoel da Costa, por exemplo, afirmou que fora preso “por uma espécie de levantamento com idéias de República”<sup>6</sup> e o tenente Antônio Agostinho contou que Tiradentes dizia que eles seriam heróis, “pois defendiam a sua Pátria; que os mazombos também tinham valor e sabiam governar”.<sup>7</sup> Investigar os elos dessa sociedade de pensamento e os valores compartilhados por seus membros é o objetivo desse capítulo.

### **Inconfidência Mineira**

Para dar início a essa investigação é preciso recuar no tempo. Dez anos antes deste navio atracar no Brasil, em 1789, um grande plano sedicioso para tornar a capitania de Minas Gerais independente foi denunciado às autoridades locais,

---

<sup>3</sup> Sobre as circunstâncias e paradoxos da nomeação de Mayer para o cargo, ver Júnia F. FURTADO, “Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos”, in *Tempo*, Rio de Janeiro/UFF, vol. 4, n.º 7 (julho 1999), pp. 129-142.

<sup>4</sup> AN, NP, Fundo 59, Códice 68, vol. 15, fls. 184-184v, 185-185v, 280.

<sup>5</sup> Augustin COCHIN, *Les sociétés de pensée et la démocratie*, Paris, Librairie Plon, 1921.

<sup>6</sup> *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1978, vol. 2, p. 128.

<sup>7</sup> *ADIM*, vol. 1, pp. 123-124.

episódio que ficou conhecido como Inconfidência Mineira. Enquanto a França se tornava palco do movimento revolucionário mais significativo da época moderna, nos sertões auríferos e diamantíferos mineiros outros rebeldes se reuniam e traçavam seus planos sediciosos. Não por acaso, os mesmos Simão Pires Sardinha e Luís Beltrão de Almeida, então intendente dos Diamantes, se viram implicados no levante.

Sobre Simão e Beltrão havia severas acusações nos Autos, mas nenhum dos dois chegou a ser formalmente acusado ou processado. Sobre Sardinha recaíam fortes suspeitas, pois se sabia que foi procurado por Tiradentes (o único réu a receber a pena de morte) em sua casa no Rio de Janeiro para traduzir para ele a *Recueil des Lois Constitutives des Etats-Unis de l’Amerique*,<sup>8</sup> que serviria de inspiração para a nova nação que buscam criar. Também foi ele que mandou avisar Tiradentes de que este estava sob vigia depois que começaram a pipocar as denúncias do levante e que sua prisão era iminente.<sup>9</sup> No entanto, para esquivar-se da Devassa, sob o abrigo do vice-rei do Rio de Janeiro, Luís de Vasconcelos, Simão se retirou para a Corte, onde chegou a ser inquirido pela Devassa, mas somente na condição de testemunha. Quanto a Beltrão, apenas dois de seus criados chegaram a ser presos. Um deles era um inglês, de nome Nicolau Jorge Gwerck,<sup>10</sup> que a despeito das proibições era funcionário da Real Extração dos Diamantes. Foi acusado de ter participado de reuniões onde se discutiu a independência americana e, apesar de ter sido inocentado, acabou sendo expulso do Brasil.<sup>11</sup> O outro foi o pardo Vitoriano Gonçalves Veloso, que testemunhou que assim que começaram as prisões em Vila Rica, capital de Minas Gerais, o tenente-coronel Antônio de Oliveira Lopes, um dos grandes implicados no levante, lhe entregara um bilhete para ser levado com urgência ao Tejuco. O bilhete, endereçado a Beltrão e ao padre José da Silva e Oliveira Rolim, aconselhava que os dois dessem início de imediato à rebelião, levantando as tropas locais antes que fosse tarde demais.<sup>12</sup> Beltrão, Sardinha, Rolim e outros tejuicanos, como José Vieira Couto,<sup>13</sup> frequen-

---

<sup>8</sup> *Compilação das leis constitutivas das colônias inglesas, confederadas sob a denominação de Estados Unidos da América Setentrional.*

<sup>9</sup> *ADIM*, vol. 3, p. 462.

<sup>10</sup> *ADIM*, vol. 1, pp. 138-139.

<sup>11</sup> Júnia F. FURTADO, “Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto”, in Eliana Freitas DUTRA e Jean-Yves MOLLIER (orgs), *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, São Paulo, Editora Annablume, 2006, pp. 69-86.

<sup>12</sup> *ADIM*, vol. 2, pp. 177-178.

<sup>13</sup> Júnia Ferreira FURTADO, “Estudo crítico”, in José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, dez. 1994, pp. 13-47. Edição crítica de Júnia Ferreira Furtado.

temente se hospedavam, em Vila Rica, na casa do contratador dos dízimos da Capitania, João Rodrigues de Macedo, outro fortemente implicado na trama. Ali, tudo indica, participaram de várias reuniões sediciosas. Porém, com exceção de Rolim, os demais escaparam do processo, apesar das severas suspeitas de traição à Coroa.

Os planos da Inconfidência haviam reunidos indivíduos de vários pontos da capitania. Alguns eram, como eles, naturais ou residentes no arraial do Tejuco; a maioria em Vila Rica e Mariana; mas também em São João Del Rei e São José Del Rei, na comarca do Rio das Mortes; e alguns poucos no Rio de Janeiro. A expansão do movimento para o litoral era estratégia vital para o sucesso da nova nação a ser criada nas Minas, pois sendo região continental necessitaria de acesso a um porto marítimo. Além disso, a elite mineradora possuía fortes vínculos de natureza comercial, familiar e intelectual com membros da elite carioca. Foram 24 réus o total de sentenciados nos Autos, todos da relação de Beltrão, Simão e Vieira Couto. Deles constava o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, ocupante do principal cargo judiciário da capitania,<sup>14</sup> Cláudio Manuel da Costa, distinto advogado e ex-secretário de governo;<sup>15</sup> o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, militar de alta patente e comandante do Regimento de Cavalaria de Minas; Inácio José de Alvarenga Peixoto, ex-ouvidor da comarca do Rio das Mortes; o engenheiro José Álvares Maciel, recém-formado em Filosofia Natural na Universidade de Coimbra; o padre Rolim,<sup>16</sup> filho do caixa da Real Extração dos Diamantes; bem como quase todos os contratadores de impostos da capitania, como era o caso do contratador dos dízimos, João Rodrigues de Macedo.<sup>17</sup>

Porém, como os três primeiros, inúmeros suspeitos foram arrolados no processo, muitos chamados apenas como testemunhas, sem que suas culpas chegassem a ser devassadas. Entre esses últimos estavam vários indivíduos do Tejuco, como Cipriano Pires Sardinha, meio-irmão de Simão; Alberto, irmão do padre Rolim; José Joaquim, irmão de José Vieira Couto; e mesmo o Intendente dos Diamantes, Antônio Barroso Pereira, sob quem havia suspeitas de ter protegido o padre Rolim na sua tentativa de escapar da sua prisão e de, juntamente com

---

<sup>14</sup> Adeldo GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

<sup>15</sup> Laura de Mello e SOUZA, *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*, São Paulo, Cia. das Letras, 2011.

<sup>16</sup> Roberto Wagner de ALMEIDA, *Entre a cruz e a espada: a saga do valente e devasso padre Rolim*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

<sup>17</sup> Márcio JARDIM, "Os inconfidentes", in *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*, Rio de Janeiro, Biblex, 1989, pp. 46-310.

Beltrão, ter dificultado a apuração da sedição na Demarcação Diamantina. De fato, o único originário dessa região a ser indiciado como réu foi o padre Rolim, que, como os demais réus eclesiásticos, cumpriu pena de prisão em Lisboa. Isso se deveu em grande parte ao silêncio que mantiveram e ao desinteresse articulado das autoridades em não devassar as raízes do movimento na região diamantina, apesar das evidências no processo de que ali “a trempe é muito grande e não lhe hão de chegar ao fundo”.<sup>18</sup> A associação entre Vieira Couto, Beltrão - “de quem é amicíssimo em extremo” - e “de outros mineiros” foi também mencionada pelo médico tejucano Luís José de Figueiredo, quando, também em 1789, denunciou o primeiro à Inquisição por proferir blasfêmias. Na ocasião, afirmou que devido a proteção que os últimos despendiam a Vieira Couto, o oficial que fosse apurar a denúncia deveria ser muito inteiro e independente”.<sup>19</sup>

Ao longo do tempo, muitos autores mergulharam na história da Inconfidência Mineira, descoberta mesmo antes de nascer, para tentar compreender as motivações, idéias, projetos, inspirações e alcances de seus planos de revolta.<sup>20</sup> Suas principais fontes foram os Autos da Devassa realizados pelas autoridades portuguesas. Discurso construído pelo poder e para o poder, os Autos apresentam uma série de limites para reconstituição do movimento. Entre eles, a recusa dos réus e testemunhas de revelar tudo que sabiam, pois quase sempre negavam as acusações, procurando diminuir o alcance da sedição aos olhos vigilantes da Coroa. Mas em algumas declarações, no murmurinho, no cuidado das autoridades, enfim, tudo indicava que as raízes do movimento eram mais longas e difusas que o processo insinuava.

O envolvimento na Inconfidência de indivíduos oriundos ou estabelecidos na região diamantina revelam, claro, que por traz de seus planos sediciosos havia disputas em torno das vantagens econômicas oriundas da exploração dos diamantes, mas a adesão deles ao movimento não se explica apenas por questões de ordem material. E mesmo estas não podem ser entendidas desvinculando-as das concepções mais gerais de natureza política, religiosa e social que compartilhavam entre si e com muitos dos inconfidentes, configurando uma verdadeira sociedade de pensamento. Para o entendimento dessa *República de Mazombos* é preciso investigar quais eram esses valores comuns. No entanto, é necessário dei-

---

<sup>18</sup> Esta afirmação queria significar que os implicados eram muitos e poderosos e dificilmente as autoridades conseguiriam alcançá-los. *ADIM*, vol. 3, pp. 224-253.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa (IL). Maço 1076, Processo 12.957.

<sup>20</sup> Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; João Pinto FURTADO, *O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência mineira 1788-9*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

claro, que isso não significa entendê-los como um grupo monolítico. Ao contrário, havia divergências e discussões que eram próprios de uma elite intelectual iluminista, pois o debate era a essência de um conhecimento de viés ilustrado. Também que, pela natureza eclética dos membros que aderiram ao levante e pela abrangência e multiplicidade de interesses,<sup>21</sup> nem todos os conspiradores fizeram parte dessa sociedade de pensamento. Assim, o exame de denúncias e processos que alguns deles sofreram junto à Inquisição, do conteúdo das bibliotecas que possuíam ou livros que compartilharam a leitura, dos debates que encetaram entre si e das motivações que encontraram para aderirem à Inconfidência Mineira serão os elementos examinados para identificar os membros e as concepções dessa sociedade de pensamento. Essas apresentavam um caráter sedicioso que se assentava sob um substrato libertino bem pouco ortodoxo. E, ainda que por esta época não se pode ter certeza absoluta do envolvimento da maioria deles com a Maçonaria,<sup>22</sup> certo é que, mais próximo do fim do século XVIII, Sardinha, Beltrão, Mayer, o padre Rolim e os irmãos Vieira Couto farão parte dessa agremiação secreta.<sup>23</sup> Assim sendo, nesta sociedade de pensamento, heresia, libertinagem e maçonaria se mesclavam compondo um ideário de sedição que esteve na base da identidade que estabeleceram entre si e esses elementos serão examinados nesse artigo.

### **Elos de uma sociedade de pensamento**

Para que se possa identificar uma sociedade de pensamento é necessário começar investigando de que forma os diversos indivíduos que a compõe se encontram, criam, reconhecem e compartilham identidades comuns. Nesse caso, o ponto de partida da análise será o grupo dos envolvidos na Inconfidência Mineira que são originários ou ocuparam cargos no arraial do Tejuco, tentando elencar os elementos identitários que estabeleceram entre si, para em seguida explorar as conexões estabelecidas com os demais indivíduos do grupo.

---

<sup>21</sup> João Pinto FURTADO, *O manto de Penélope...*, cit.

<sup>22</sup> A única exceção é José Álvares Maciel cujo envolvimento com a Maçonaria é anterior ao levante. *ADIM*, vol. 9, p. 178.

<sup>23</sup> Maria Beatriz Nizza da SILVA, “Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria”, in idem (org.), *Cultura portuguesa na terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 249- 264; Alexandre Mansur BARATA, “A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português”, in José Murilo de CARVALHO e Adriana Pereira CAMPOS (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 329-354; Alexandre Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, São Paulo/Juiz de Fora, Annablume/EDUFJF-FAPESP, 2006.

A noção de pátria é um elemento importante de identificação entre eles. Na concepção da época, a pátria era comumente associada ao local de nascimento: “Pátria: a terra, vila, cidade ou reino em que se nasceu”. Mas, também, “muitas vezes sucede, que se toma mais amor a uma terra estranha, que ao lugar do próprio nascimento”. Nesse caso, a pátria torna-se o “local de escolha de residência e atuação”.<sup>24</sup> Assim observa-se que entre os tejuicanos, sejam os dali originários ou os em serviço, estabeleceram-se laços de identidade e de defesa dessa pátria de origem que, do arraial, se estende para abarcar a região diamantina e, por fim, a toda a capitania. Para José Vieira Couto, por exemplo, a pátria era o Tejuco, mas também o Distrito Diamantino que o cercava. A descrição física que fez dessa região não poupa adjetivos, revelando o amor que devotava ao lugar onde nasceu. Para tanto, contrariamente a sua formação racionalista de naturalista, em seus textos, utiliza das liberdades da poética para descrever suas paisagens. Na terra dos diamantes, as serras escarpadas, “perpendicularmente talhadas se elevam às nuvens”, mostram uma “perspectiva negra, arrepiada e crespa com mil picos de serra desiguais”. Por entre estas serras, “divididos sobre rochas”, vários rios, que “umas vezes correm mansos e serenos sobre espaçosas praias, outros se estreitam entre apertadas (...) serras com fragor e ruído (...), que a faustosa natureza expõe em um ponto majestoso e grande”.<sup>25</sup> Esse mesmo laço de identificação com a pátria de nascimento pode-se observar na lamúria que seu irmão José Joaquim proferiu após vários anos preso nos cárceres do Santo Ofício em Lisboa. Ali se encontrava “estrangeiro nestes climas, sem pátria, parentes, e sem abrigo”.<sup>26</sup>

Do Distrito Diamantino, a noção de pátria de José Vieira Couto se expande para agregar a capitania de Minas Gerais, “uma vasta província dos sertões do Brasil”, que se configura como uma identidade única, separada das demais por um cordão de serras e rios. Procedimento semelhante observa-se entre outros inconfidentes, levando-os a configurar uma identidade comum que abarca Minas Gerais. O mesmo processo se observa em Cláudio Manuel da Costa, em seu poema *Vila Rica*, onde a pátria é inicialmente o Ribeirão do Carmo, o lugar onde nasceu, dali se estendendo para Vila Rica, a cabeça da comarca, e finalmente para as Minas como um todo.<sup>27</sup> Para Inácio José de Alvarenga Peixoto, no *Canto*

---

<sup>24</sup> Rafael BLUTEAU, *Dicionário da língua portuguesa*. Ampliado por Antônio de Morais, Lisboa, Oficina de Thadeo Ferreira, 1739, vol. 6, p. 320. Ver também Júnia F. FURTADO, “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”, in *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 17, n.º 2, jul.-dez. 2009, pp. 155-187.

<sup>25</sup> José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*, p. 54.

<sup>26</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 16809.

<sup>27</sup> “O peso dessa nova dignidade épica e civil [é] conferida a Vila Rica – e por extensão [desta] a toda a capitania”. Sérgio ALCIDES, *Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)*, São Paulo, Hucitec, 2003, p. 30.



*genetliaco*, pátria é por extensão “a América – no poema quase sempre sinônimo de Minas Gerais”, e a criança homenageada nos seus versos era sempre exaltada como americana.<sup>28</sup> Para Tiradentes os inconfidentes defendiam a sua Pátria e esta era a capitania de Minas Gerais. O mesmo se pode dizer do cartógrafo e militar José Joaquim da Rocha cuja centralidade é, desde o primeiro momento, a própria capitania.<sup>29</sup> (Rocha se viu envolvido na Inconfidência por ter participado de reuniões onde o levante foi discutido e ter entregado a Tiradentes um mapa de população que permitiria instrumentalizar o levante). No seu caso, diferentemente de José Vieira Couto, Cláudio Manuel da Costa ou Alvarenga Peixoto, não se trata do local de nascimento – ele era reinol -, mas da pátria de adoção, pois, “muitas vezes sucede, que se toma mais amor a uma terra estranha, que ao lugar do próprio nascimento”.<sup>30</sup> Este mesmo amor pela pátria de adoção é invocado por Tomás Antônio Gonzaga na Ode que ofereceu a Luiz Beltrão de Gouveia:

“Se entre as louras areias  
Do meu Jequitinhonha, um Gênio erguido  
Às Regiões alheias”<sup>31</sup>.

Mas não deve soar estranho que, em alguns momentos, para esses mesmos homens, a pátria pode se configurar como o império português, afinal eram eles súditos de além-mar do rei de Portugal. José Vieira Couto, ao falar dos mineiros e de si mesmo, referiu-se a “nós portugueses, [que possuímos] riquíssimas Minas”.<sup>32</sup> Para Cláudio Manuel da Costa, os paulistas, de quem ele e os mineiros eram descendentes, “são os que nesta América têm dado ao Mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zelo pelo seu Rei, pela sua Pátria e pelo seu Reino”.<sup>33</sup> Suas falas não eram puro jogo de retórica. Em fins do século XVIII, a delicada estratégia política que unia os distantes pontos do império passava por uma vigorosa transformação. Desde o início do século, consolidava-se dos dois

<sup>28</sup> Laura de Mello e SOUSA, “Um servidor e dois impérios: Dom José Tomás de Meneses”, in *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 411 e 417.

<sup>29</sup> Júnia F. FURTADO, “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”, in *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 17, n.º 2, jul.-dez. 2009, pp. 155-187.

<sup>30</sup> Rafael BLUTEAU. *Dicionário da língua portuguesa*, vol. 6, p. 320.

<sup>31</sup> Ode figura na Parte III do poema Marília de Dirceu. Apud Dominício PROENÇA FILHO (org.), *A poesia dos Inconfidentes. Poesia Completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996, p. 707.

<sup>32</sup> José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*, p. 67.

<sup>33</sup> Cláudio Manuel da COSTA, “Fundamento Histórico do poema Vila Rica”, apud Dominício PROENÇA FILHO (org.), *A poesia dos Inconfidentes*, cit., p. 360.



lados do Atlântico a consciência do papel que o Brasil, particularmente com a descoberta das riquezas minerais, tomava no conjunto do Império, pressionando por novos rearranjos da ordem política, e a noção de pátria mineira ligada ao local de nascimento era resultante dessa valorização econômica da capitania. Não havia contradição, portanto, quando os membros dessa sociedade de pensamento, de um lado, procuravam estrategicamente aliar-se ao poder em busca de reformas do sistema, desde que estas garantissem a inserção do Brasil sob novas formas na balança do império. E, de outro lado, como reverso dessa mesma moeda, a ruptura apresentava-se como uma das soluções possíveis na impossibilidade de reequilibrar as porções do império sob as novas bases hierárquicas que reivindicavam como justas, tal qual se esboçou na Inconfidência Mineira, que se insurgia contra medidas editadas pelas autoridades reinóis consideradas pelo grupo como injustas e nocivas aos interesses locais.

Um segundo fator importante que contribuiu para a formação dessa República de Mazombos foi a presença significativa de seus membros como estudantes universitários em Coimbra, a partir do terceiro quartel do século XVIII, especialmente após as reformas pombalinas encetadas na Universidade (1772). Sua presença na instituição serviu também para estabelecer laços de camaradagem intelectual e política entre os estudantes oriundos de diversos pontos da capitania de Minas Gerais e mesmo do Rio de Janeiro. Sérgio Buarque de Holanda salientou que, a partir dos dois últimos decênios do século XVIII, a maior parte dos estudantes oriundos do Brasil matriculados nessa universidade provinham da região diamantina. “Assim é que, no ano de 1782, quase a metade dos candidatos mineiros procede do arraial do Tejuco e do Serro do Frio; 4 num total de 9 matriculados”.<sup>34</sup>

Segundo levantamento de Virgínia Trindade Valadares, no período entre 1767-1789, se matricularam em Coimbra 113 estudantes de Minas Gerais.<sup>35</sup> Para a autora, a passagem desse grupo pela Universidade não moldou seu espírito revolucionário, nem implicou na sua adesão à Inconfidência Mineira, sendo que a maioria “assistiu o movimento, mas pouco nele participaram”.<sup>36</sup> De fato, apenas 8 deles tornaram-se réus na Devassa, mas, ao contrário do que sustenta a autora, foi em Coimbra que esses jovens estudantes, juntamente com outros implicados no levante mas que não foram indiciados, consubstanciaram os interesses de sua pátria de nascimento, alicerçando-os com a formação intelectual que recebiam

---

<sup>34</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA, “Metais e pedras preciosas”, in *História da Civilização Brasileira. A época colonial*, 6ª ed., São Paulo, Difel, 1985, Tomo I, vol. 2, p. 306.

<sup>35</sup> Virgínia Trindade VALADARES, *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 499-501.

<sup>36</sup> Idem, p. 441.

na instituição ou em seu ambiente extra-muros. A influência dos estudos e da sociabilidade encetadas na Universidade de Coimbra foi marcante na vida desses estudantes ao retornarem às Minas Gerais. De fato, a Inconfidência começou a ser gestada em Coimbra, quando, no início da década de 1780, um grupo de estudantes brasileiros ali jurou dedicação à causa da independência da pátria natal.

Nos Autos da Devassa é evidente a influência dos estudantes de Coimbra recém-retornados, cheios de idéias e aspirações. O advogado José Pereira Ribeiro voltou no ano de 1788 e trouxe em sua bagagem a *Histoire des Deux Indes*, do abade Raynal. O livro, publicado pela primeira em 1772, antecipou os acontecimentos sobre a independência americana, ao estabelecer a transitividade entre a intolerabilidade dos impostos, entendida como opressão do monarca, e a disposição e o direito dos súditos à revolução. Na época, constituiu-se num sucesso editorial, especialmente na América, e, entre outras leituras possíveis, o livro foi compreendido pelos inconfidentes mineiros como uma fórmula para fazer revolução. Dessa forma foi lido por José Vieira Couto, Nicolau Jorge, pelo cônego Luís Vieira da Silva, que tinha paixão pelo estudo da Revolução Americana, entre outros envolvidos.<sup>37</sup> José Vieira Couto doutorou-se em Filosofia no ano de 1777<sup>38</sup> e, antes de retornar ao Brasil, fez uma viagem às minas da Alemanha e à Holanda, onde esteve no ano de 1780. Os estudos em Coimbra e esse périplo europeu não só contribuíram para sua formação no campo da mineralogia, como permitiu o acesso a idéias heterodoxas, muitas delas expressas em livros que adquiriu na ocasião. O mineralogista José Álvares Maciel chegou em 1785 com inovadoras idéias de industrialização do Brasil, depois de percorrer a Inglaterra estudando técnicas fabris, onde discutiu com comerciantes ingleses a independência do Brasil.<sup>39</sup> Em Portugal, se tornou membro da Maçonaria. Diogo Pereira Ribeiro formou-se em Direito em 1782, e era sobrinho de José Pereira Ribeiro, que trouxe o livro de Raynal. Toda essa geração foi aluna do famoso Professor Domingos Vandelli, iluminista, conhecido por ter sido o introdutor da Maçonaria em Coimbra.

José Joaquim da Maia e Barbalho, que começou seus estudos em Coimbra e depois em Montpellier, foi encarregado pelo grupo de fazer os contatos com a nova república norte-americana, tendo se encontrado com Jefferson na França, sob o pseudônimo de Vendeck. Como Barbalho morreu em Portugal, foi José Álvares Maciel quem levou para as Minas a notícia desse encontro. No círculo

---

<sup>37</sup> Júnia F. FURTADO, “Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto”, cit., pp. 79-86.

<sup>38</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra, Livros de Exames, Actos e Graus da Faculdade de Filosofia de 1773 a 1783. Depósito IV, Seção 1º D, estante 3, tabela 3, n.º 48.

<sup>39</sup> Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa*, cit., p. 143.

de brasileiros em Montpellier fazia parte Domingos Vidal de Barbosa Lage, que também foi portador de notícias sobre o encontro com Jefferson. Foi companheiro de José Pereira Ribeiro na viagem de navio para o Brasil, durante a qual leram e conversaram sobre o livro de Raynal e a *Recueil des Lois Constitutives des Etats-Unis de l’Amerique*. A leitura compartilhada desses livros entre vários inconfindentes (Simão, Tiradentes, Cônego Vieira, Vidal Barbosa, Nicolau Jorge, José Pereira Ribeiro, Álvares Maciel) revela que a admiração que compartilhavam pela independência norte-americana e pela nova nação que se formava era outro elemento comum dessa sociedade de pensamento.<sup>40</sup> Tomás Antonio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto ainda que tenham estudado em Coimbra nos primeiros anos da década de 60, anteriores às reformas universitárias, foram fortemente marcados pelos ideais iluministas vigentes nas demais reformas encetadas por Pombal a que assistiram.<sup>41</sup>

É preciso salientar que, entre 1767-1789, os sucessivos grupos de mineiros que transitaram em Coimbra não conviveram todos entre si ao mesmo tempo, no entanto, as amizades e a sociabilidade familiar estabelecidas desde as Minas Gerais (a pátria de nascimento) foram capazes de criar laços entre as diversas gerações estudantis. Nesse longo intervalo de tempo, também é importante levar em consideração que a Universidade passou por vigorosas transformações.<sup>42</sup> Se, por um lado, em vários momentos, o ensino se limitou e se conformou ao estudo estéril e repetido dos clássicos; por outro, a vida não-acadêmica dos matriculados se radicalizava. Os estudantes se reuniam em grupos secretos onde discutiam com liberdade sobre tudo, fornecendo o substrato para as críticas religiosas, morais e políticas. Dessa forma, em Coimbra vários elementos convergiam: a libertinagem, a Maçonaria e o Iluminismo, entre outras concepções de pensamento, fornecendo o substrato para as críticas religiosas, morais, sociais e políticas.<sup>43</sup> Essas ideias, que conjugam um racionalismo triunfante, introduzidas especialmente após as re-

---

<sup>40</sup> Em várias ocasiões, o tema da Revolução Americana foi profundamente discutido entre eles, como revelam os depoimentos de Nicolau George e outros. Júnia F. FURTADO, “Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto”, cit., pp. 79-86.

<sup>41</sup> Márcio JARDIM, “Os inconfindentes”, in *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*, pp. 46-309.

<sup>42</sup> Até 1772, a Universidade esteve sob o controle dos jesuítas. Em 1772, sob a égide de Pombal um novo Regimento foi aprovado o que implicou em várias reformas, reforçando o aspecto científico da instituição em detrimento do religioso, especialmente com a criação do curso de Filosofia Natural. Com a morte de dom José I e a ascensão de dona Maria I, a Universidade vivenciou vários aspectos da política intitulada Viradeira com tentativas de erradicação de algumas das reformas introduzidas na era pombalina.

<sup>43</sup> A. H. OLIVEIRA MARQUES, *História da maçonaria em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, v. I – *Das origens ao Triunfo*, pp. 68-69. O autor salienta que somente em Coimbra a Maçonaria se associou à libertinagem o que alimentou idéias irreligiosas e anti-monárquicas.

formas pombalinas, e o pensamento político português, fortemente marcado pelo repúdio à tirania, proliferaram entre esses jovens estudantes, principalmente no ambiente fora da Universidade. De lá essas idéias inconformistas se espalhavam, amalgamando-se às tradições lentamente enraizadas no ideário político ibérico que, adaptando-se às diversas situações das regiões do Império português, inspiravam ideais nem um pouco ortodoxos. Os próprios inquisidores reconheciam que “uns tantos bacharéis que bebendo em Coimbra a peçonha da libertinagem vêm vomitar em os lugares da sua naturalidade”.<sup>44</sup>

Para recompormos as redes estabelecidas entre esses estudantes, que posteriormente se identificarão nessa República de Mazombos, examinemos o caso de Cipriano Pires Sardinha, o primeiro do grupo a se matricular na instituição nesse intervalo (1767-1789), no ano de 1770. Ali completou os 2 primeiros anos de Direito Canônico, que correspondiam ao curso de Instituta.<sup>45</sup> Sua presença na instituição foi fundamental para estabelecer as bases de sua formação e os laços de sociabilidade intelectual com outros estudantes oriundos de Minas Gerais. Tal foi o caso, por exemplo, do naturalista frei Joaquim Veloso de Miranda, autor da magnífica *Brasiliensium Plantarum* ou de José de Oliveira Fagundes, que foi o defensor nomeado para defender os conjurados mineiros.<sup>46</sup> Foram ainda seus contemporâneos Antônio Pires da Silva Pontes, matemático e cartógrafo, que em 1786 foi denunciado à Inquisição por um colega por ter afirmado que muito proximamente “deve ser Minas Gerais (sua Pátria), cabeça de um grande Reino”,<sup>47</sup> Carlos e Plácido da Silva e Oliveira, irmãos do padre Rolim, filhos do fiscal dos diamantes; Manuel Inácio da Silva Alvarenga, poeta árcade; e o padre Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, literato e pregador, irmão do poeta José Basílio da Gama. Por meio dessa convivência estudantil parte desse grupo e por extensão alguns de seus familiares – como foi o caso de José de Oliveira Rolim, Basílio da Gama e Simão Pires Sardinha – estabeleceram intensa e continuada convivência, compartilhando idéias, leituras e mesmo a escrita de obras poéticas e científicas. Os laços nascidos no ambiente escolar aprofundavam as identidades pátrias e conectavam, por extensão, outros jovens familiares desses estudantes.

---

<sup>44</sup> ANTT, IL. Processo 16.616.

<sup>45</sup> Seus estudos desenrolaram-se entre 1770 e 1772, quando se graduou. *Revista Brasília*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros, 1949, p. 277. Suplemento ao volume IV.

<sup>46</sup> A nomeação ocorreu em 31 de outubro de outubro de 1791, visto que nenhum outro advogado se ofereceu para a tarefa, ainda que vários dos inconfidentes tivessem meios para tal contratação. Karine SALGADO, “O Direito no Brasil Colônia à luz da Inconfidência Mineira”, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Disponível em <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/098479494.pdf>> (Acesso 27/02/2012).

<sup>47</sup> Apud Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa*, cit., p. 107, nota 73.

Os que passaram por Coimbra alguns anos mais tarde compartilharam dos laços de amizade estabelecidos por essa geração da década de 1770 acentuada ao retornarem a terra pátria. Tal foi o caso de José Álvares Maciel (1782), cujo pai havia sido caixa dos contratos dos diamantes dos João Fernandes de Oliveira, padrao de Simão. Maciel foi contemporâneo de José Pereira Ribeiro, José de Sá Bittencourt e Accioli e de José Joaquim da Maia e Barbalho, este oriundo do Rio de Janeiro. Os dois últimos, por meio do primeiro, estabeleceram contato e identidade com o grupo e participaram dos planos da Inconfidência Mineira. O último, ao se deslocar para Montpellier, se tornou o elemento de ligação entre os estudantes das duas universidades.

O terceiro ponto de identidade comum, parte instituinte dessa sociedade de pensamento, foi o fato de seus membros se tornarem partidários das reformas pombalinas, não só porque essas eram abertas às Luzes e à ciência, mas porque foi o marquês de Pombal o primeiro a promover e financiar, como mecenas, os nascidos na América, reconhecendo sua contribuição para o progresso do império.<sup>48</sup> Nesse sentido, a política pombalina estava em consonância com o sentimento de pátria que o grupo compartilhava entre si. Para exaltar seus feitos e buscar o patronato de Pombal, vários deles dedicaram-lhe alguma obra sua, como foi o caso de Cláudio Manuel da Costa (*Écloga III, Albano*, 1768); Tomás Antônio Gonzaga, com o *Tratado de Direito Natural* (1768);<sup>49</sup> José Basílio da Gama, com o poema épico *O Araguaí* [sic] (*Uraguai* ou *Uruguai*, 1769); Inácio José Alvarenga Peixoto (*Entro pelo Uruguay: vejo a cultura*, 1769)<sup>50</sup> e Manuel Inácio da Silva Alvarenga (*O Desertor*, 1774).<sup>51</sup> Um dos maiores exemplos da narrativa encomiástica pombalina, em tom épico, *O Uraguai* narra a destruição das missões jesuíticas no sul do Brasil, ocorrida após a expulsão da Companhia Jesus do

---

<sup>48</sup> Ivan TEIXEIRA, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*, São Paulo, Edusp, 1999 pp. 48-49, 53.

<sup>49</sup> Luciano FIGUEIREDO, “Painel Histórico”, in Domicio PROENÇA FILHO (org.), *A Poesia dos Inconfidentes*, p. XXXIII. Laura de MELLO E SOUZA, *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*.

<sup>50</sup> A 20 de janeiro de 1774, antes de retornar ao Brasil, Alvarenga Peixoto assistiu junto com Basílio da Gama, na casa do morgado de Oliveira, a uma seção de poesia em homenagem ao marquês, onde inclusive recitou ode sua, provavelmente *Não os heróis, que o gume ensangüentado*, onde há uma referência direta ao virtuosismo pombalino: “vale mais que um rei um tal vassalo: Graças ao rei que soube achá-lo!”. Outro de sua lavra, quando da inauguração da estátua equestre de dom José I: “Pombal junto a José fique: Qual o famoso Agripa junto a Augusto, Como Sully ao pé do grande Henrique”. M. Rodrigues LAPA, “Prefácio à edição”, in Domicio PROENÇA FILHO (org.), *A Poesia dos Inconfidentes*, pp. 914-915.

<sup>51</sup> Júnia F. FURTADO, “Visões da África: a viagem de conversão do Dahomé”, Comunicação apresentada no *IV Colóquio Internacional (In)tolerância. Religião, raça e política no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, UFF, 14 a 16 de setembro de 2011.

Império português (1759), sob a batuta do Marquês de Pombal.<sup>52</sup> Já *O Desertor*, considerado por alguns o melhor poema dessa safra, homenageia as reformas da Universidade de Coimbra.<sup>53</sup>

Se para alguns, como foi o caso de Cipriano Pires Sardinha, não há em sua obra uma referência direta a Pombal, seu comprometimento com as reformas por ele encetadas é referida de forma indireta.<sup>54</sup> Em sua *Viagem de África em o Reino de Dahomé* (c.1798) há a citação do poema *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Esta referência quando lida juntamente com a visão que o relato apresenta da África e do papel das elites ilustradas, e que são compartilhados por Basílio em seus poemas, revela sua adesão à política pombalina ou pelo menos sua herança. O continente africano é um espaço inferior no conjunto do império português, em detrimento do Brasil que progride, “decorrente do contato energizante com a administração portuguesa local”.<sup>55</sup> “África inculta e feia, Que estende a várias partes, fértil de monstros, a deserta areia”, local de “ásperos costumes”,<sup>56</sup> panorama este que só poderia ser transformado pela ação da nova elite luso-brasileira, da qual ambos faziam parte. Dessa forma, exalta-se o processo civilizatório realizado sob a égide da Coroa portuguesa, que integra e assimila as populações nativas selvagens locais - os índios nO *Uruguai* e as tribos africanas na *Viagem de África* –, orquestrado pelas elites intelectuais do império.

O quarto e último ponto importante de coesão e aproximação dessa República de Mazombos foi sua participação em Academias, fossem estas de natureza literária ou científica. Academias eram sintomas evidentes da formação de uma República de Letras de viés iluminista e locais de ascensão dos homens de letras, permitindo a sua equiparação aos grandes do Estado. Eram, antes de mais nada, lugares de discussão e construção de um pensamento ilustrado e, não por acaso, ao longo do século XVIII, elas pipocaram por todos os lugares, inclusive no Brasil. Na América portuguesa, respondiam ainda a uma demanda dos inteligentes locais de se equiparem às elites pensantes do reino, contribuindo com seu saber para a promoção do desenvolvimento do império. Depois da publicação de seu

---

<sup>52</sup> Ivan TEIXEIRA, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*, São Paulo, Edusp, 1999.

<sup>53</sup> Idem, p. 472.

<sup>54</sup> Também se pode observar essa adesão ao pombalismo pela posse e leitura de livros. Tal é o caso do *Catecismo de Montpellier*, um dos livros que compunham a biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, comprometido com o jansenismo. Pela defesa irrestrita do regalismo e da submissão do poder eclesiástico ao régio, o jansenismo foi a base da reforma da Igreja em Portugal durante o reinado de dom José I, sob a influência do marquês de Pombal.

<sup>55</sup> Ivan TEIXEIRA, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, cit., p. 278.

<sup>56</sup> Esses versos fazem parte de outro soneto de Basílio intitulado “Ode ao conde da Cunha”. Apud Ivan TEIXEIRA, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, cit., pp. 266-267.



poema monumental, Basílio da Gama chegou a propor a Pombal a formação de “um grupo coeso de poetas [ultramarinos] que o exaltassem de maneira exclusiva e convita, pois, sem raízes na Metrópole, não apresentavam o perigo de contatos com a velha nobreza, que se indispusera com a política do ministro”<sup>57</sup> e, inclusive, parece que apresentou Inácio José Alvarenga Peixoto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga ao Marquês. Tais iniciativas apontam para a natureza articulada dos poetas do grupo. De fato, Basílio da Gama, juntamente Cláudio Manuel da Costa, Joaquim Inácio de Seixas Brandão e Inácio José de Alvarenga Peixoto, foi um dos fundadores, na cidade de Vila Rica, em setembro de 1768, da Arcádia Ultramarina, da qual também fizeram parte Manuel Inácio da Silva Alvarenga e talvez Tomás Antônio Gonzaga. As casas desses poetas em Vila Rica tornaram-se salões onde recitavam poesia, discutiam diversos autores e as idéias que professavam, numa verdadeira *Boemia ilustrada*.<sup>58</sup>

Mas foi com a chegada a Minas do governador Dom Rodrigo de Souza que, como nunca, essa sociedade de pensamento encontrou o momento ideal tanto para exercer sua sociabilidade intelectual e literária, quanto para encontrar na política por ele encetada possibilidades de sua participação na gerência das Minas Gerais. “Nunca, como então, as relações entre o governo e as elites locais haviam sido tão próximas, esboçando-se inclusive a possibilidade de um projeto comum para a capitania, abatida pela diminuição dos rendimentos auríferos”.<sup>59</sup> O palácio de governo tornou-se local de encontros para tertúlias literárias, sob a proteção de Dona Maria José de Eça Bourbon, esposa do governador. A par com esse ambiente ilustrado e de liberdade intelectual, esse elite letrada mineira exaltou a ambos em suas obras e esse período foi nelas retratado como a “idade de ouro” da capitania.<sup>60</sup> Alvarenga Peixoto dedicou o *Canto genetiaco*, ao caçula do casal. José Joaquim da Rocha ofereceu ao governador sua *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, escrita provavelmente entre 1778-1780.<sup>61</sup> Cláudio Manuel da Costa dedicou várias odes e sonetos à Dona Maria José e seus versos descrevem esse período como “um tempo de calma e tranqüilidade, sem lobos a rondar, o rebanho pastando solto e o pastor dormindo com a porta aberta”.<sup>62</sup>

Mas não foram só os poetas que se reuniram em Academias. A Sociedade

---

<sup>57</sup> Idem, p. 469.

<sup>58</sup> Robert DARNTON, *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Galimard, 1983.

<sup>59</sup> Laura de Mello e SOUZA, *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*, p. 155.

<sup>60</sup> Idem, p. 154.

<sup>61</sup> José Joaquim da ROCHA, *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995, Edição crítica de Maria Efigênia Lage de Resende.

<sup>62</sup> Laura de Mello e SOUZA, *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*, cit., p. 154.



Literária, estabelecida no Rio de Janeiro em 1786, foi uma das que articulou alguns dos membros dessa sociedade de pensamento que eram não apenas literatos mas homens de ciência. A sociedade foi fundamental para aproximar os oriundos das Minas dos cariocas. Sob a proteção do vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Sousa,<sup>63</sup> ela reuniu ilustrados interessados na discussão de temas científicos. Mas, sob o signo da razão, muitas das Academias tornavam-se também espaços de emergência de um pensamento considerado subversivo segundo a ótica das autoridades e isso foi o que ocorreu com a Sociedade Literária cujos membros professaram ideais inconformistas, alguns deles insatisfeitos com a situação de dependência do Brasil em relação a Portugal. Manuel Inácio da Silva Alvarenga<sup>64</sup> foi um dos seus sócios mais ativos, tendo sido seu secretário, e chegou a ser preso, em 1794, quando o conde de Resende ordenou sua dissolução. Foi acusado, junto de outros acadêmicos, de compartilhar de idéias liberais, francesas e de ser partidário da independência norte-americana, ponto importante dos debates realizados no seio da instituição. Simão Pires Sardinha foi outro que participou da agremiação a partir de 1788, quando se estabeleceu no Rio de Janeiro.<sup>65</sup>

Mas nem todas as academias que promoveram a articulação dessa República de Mazombos estavam situadas no além-mar, pois, afinal, desde que salvaguardada a posição de destaque do Brasil e reconhecida a importância de sua elite letrada para o desenvolvimento do império, seus membros vinculavam-se aos projetos ilustrados exarados desde o reino. A Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em Portugal em 1779, foi importante espaço de articulação de outra parte desse grupo, os que haviam recebido em Coimbra o preparo para o exercício das Ciências Naturais em proveito do império – os naturalistas. Sua adesão se justifica pois no seio dessa instituição operava-se a valorização do saber dos inteligentes das conquistas, incorporados aos seus quadros como membros supranumerários. Sob o signo das Luzes, a Academia pretendia impor o domínio da empiria na observação da realidade, da razão pura, desvinculando a Teologia do novo saber construído sobre o mundo natural. O conhecimento produzido deveria, então, ser vertido para o proveito e desenvolvimento do Império.

Para a formação dessa elite intelectual de matiz científico arremetida no

---

<sup>63</sup> Este vice-rei foi quem ajudou Simão Pires Sardinha a fugir para o Reino para escapar da repressão à Inconfidência.

<sup>64</sup> Mulato, natural de Vila Rica, depois de estudar em Coimbra, quando foi contemporâneo de Cipriano Pires Sardinha, retornou ao Brasil, em 1775, vindo no mesmo navio que o padre Antônio Caetano de Almeida Vilasboas, irmão de Basílio da Gama. Os dois se estabeleceram na Comarca do Rio das Mortes, onde, no ano seguinte, chegaria Inácio José de Alvarenga Peixoto, nomeado ouvidor. Em 1777, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde chegou a ser nomeado professor régio da Aula de Retórica.

<sup>65</sup> *ADIM*, vol. 2, p. 75.

seio da Academia Real das Ciências, em consonância com as idéias iluministas, foi importante a série de reformas empreendidas na Universidade de Coimbra sob inspiração do marquês de Pombal. Foi quando a Universidade introduziu o estudo das Ciências Naturais, do Direito, da Matemática, criou um Jardim Botânico e um Laboratório científico. O naturalista e professor Domingos Vandelli foi importante vetor dessas transformações e foi quem, posteriormente, coordenou e redigiu as instruções para o trabalho de campo dos naturalistas. Nesse sentido, o inventário do mundo natural era obra a se realizar em conjunto pelos naturalistas luso-brasileiros, sob o signo e a direção do Estado.

A partir de seu engajamento nessa Academia, os letrados brasileiros participaram do amplo levantamento das condições naturais, econômicas, climáticas, geográficas, sociais, históricas, etc., do Reino e de suas conquistas de além-mar. No caso do Brasil, buscava-se estudar pormenorizadamente suas riquezas naturais – principalmente no que dizia respeito à agricultura, mineração, pesca, extrativismo vegetal –, aproveitando-se da sua ampla extensão do territorial e de sua diversidade natural. Quanto à região das Minas Gerais, se concentraram em encontrar o por quê e as alternativas à crise de sua principal riqueza – o ouro –, bem como promover uma melhor racionalização e desenvolvimento da exploração dos diamantes. Também buscaram fazer um levantamento de suas demais riquezas naturais, para dessa forma diversificar a economia local. Tal foi o caso, por exemplo, dos estudos sobre a agricultura ou o salitre, componente indispensável na fabricação de pólvora,<sup>66</sup> essencial numa época em que o conflito bélico com os franceses se anunciava.

Por esta razão e nesse contexto, no interior da Academia Real das Ciências ocorreu também a valorização do espaço brasileiro, em geral, e da capitania das Minas Gerais, em particular, o que era tão caro aos membros dessa sociedade de pensamento. Por essa razão, vários membros dessa República de Mazombos se engajaram na sua missão e foram seus sócios correspondentes, como Simão Pires Sardinha,<sup>67</sup> José e José Joaquim Vieira Couto, Basílio da Gama, José Álvares Maciel e Joaquim Veloso de Miranda. Em 1782, Sardinha apresentou à Academia um texto intitulado *Experiências feitas com hum termonmetro n'hum viagem para o Brasil*, resultado de experiências realizadas na viagem marítima que realizou. Já de volta a Portugal, entre 1795 e 1796, comercializou várias de suas publicações que enviava para o Brasil,<sup>68</sup> a partir de uma sociedade que instituiu

---

<sup>66</sup> A partir dos estudos encetados por José Vieira Couto, em 1808, foi aberta no Tejuco uma fábrica de pólvora por Sebastião Machado Coelho.

<sup>67</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Manuscritos Avulsos de Minas Gerais (MAMG). Caixa 140, doc. 49.

<sup>68</sup> ANTT, Real Mesa Censória. Caixa 161, f. 1-4.

no Tejuco com José Vieira Couto.<sup>69</sup> Este último, por sua vez, sob os auspícios da Academia e designado pela rainha Dona Maria I, foi enviado a percorrer o Serro do Frio e, segundo suas próprias palavras, “dar uma exata relação dos metais desta comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar”,<sup>70</sup> sobre o que escreveu algumas *Memórias Econômicas*, redigidas entre 1799 e 1802.<sup>71</sup> Joaquim Veloso de Miranda fez vários estudos sobre a flora da capitania e também sobre seus depósitos de salitre. José de Sá Bittencourt e Accioli recebeu a incumbência de estudar os depósitos de cobre e salitre de jacobina, para onde se retirara depois de fugir da repressão à Inconfidência. Já Cipriano, sob ordens da Academia e do príncipe dom João, revestido do título de Enviado Apostólico, entre 1796-1798, foi enviado ao reino do Daomé não só para converter seus súditos ao catolicismo, como para coletar em loco informações de caráter científico que instrumentalizassem a colonização da região em proveito da Coroa. Todos esses relatos, conforme advogava a Real Academia de Ciências, revelam-se como exemplos da instrumentalização do saber produzido dos oriundos da América portuguesa em favor dos interesses do Estado português.

### Libertinagem

A exemplo de outros locais, como na França ou no ambiente estudantil de Coimbra, na capitania de Minas Gerais, entre os membros dessa sociedade de pensamento, a difusão do Iluminismo ocorreu sob e paralela a um substrato ateu e libertino.<sup>72</sup> O termo libertino foi empregado pela primeira vez por Calvino para se referir aos dissidentes anabaptistas. Assim, na sua origem, o termo referia-se àqueles que reivindicavam como única moral a natureza, interpretavam livremente a Bíblia e professavam a liberdade de costumes, contrariando a noção de pecado estabelecida pelas autoridades eclesiásticas.<sup>73</sup> “Rapidamente o sentido original

---

<sup>69</sup> ANTT, IL. Maço 1076. Processo 12.957.

<sup>70</sup> José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*.

<sup>71</sup> Duas diziam respeito às nitreiras de Monte Rorígo (1803) e às minas de cobalto (1805), situadas na capitania de Minas Gerais. Mas as duas mais importantes foram: *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas* (1799); e *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio à maneira de itinerário* (1801). Apesar dos títulos semelhantes, os conteúdos eram bastante diferentes.

<sup>72</sup> É bastante conhecido o processo inquisitorial sofrido em 1779 por alguns estudantes de Coimbra, entre eles, Antônio de Moraes Silva, por libertinagem, leitura de livros franceses proibidos e heresia. Entre outros, ver Alexandre Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 60-64.

<sup>73</sup> Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 37-38.

foi ampliado com a identificação progressiva, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, do libertino como ateuista, como deísta e como livre-pensador”.<sup>74</sup>

Compreender a associação entre libertinagem, heresia e sedição é fundamental para compreender as críticas que os membros dessa República de Mazombos faziam ao sistema social, religioso e político no qual viviam. Denúncias contra mineiros e, particularmente tejuicanos, na Inquisição revelaram que entre eles também se estabeleceu uma íntima associação entre libertinagem, irreligiosidade, sedição e Ilustração. Ainda que distante, encravado no sertão nordeste da capitania, o Tejuco não estava isolado. Uma rede de intercâmbio intelectual conectava alguns dos moradores do arraial a outros, no restante da capitania, no Rio de Janeiro, no reino e mesmo na França, que partilhavam do mesmo ideário sedicioso e herético.

1789 foi um ano crítico para os elementos dessa sociedade de pensamento. Não só vieram à tona os planos da Inconfidência Mineira, como outras denúncias sobre as proposições heréticas e libertinas que professavam chegaram aos ouvidos das autoridades. Enquanto Tiradentes se refugiava no Rio de Janeiro, buscando pôr-se a salvo da repressão, também se encontrava na cidade, o médico tejucano Luís José de Figueiredo. A 13 de maio, certamente advertido pelos boatos de que as prisões dos participantes do levante em Minas eram iminentes, procurou o Comissário do Santo Ofício na cidade, Bartholomeu da Silva Borges, para denunciar como herético José Vieira Couto, seu colega de profissão. Afirmou que ele possuía livros heréticos, proferia blasfêmias contra a religião e vivia maritalmente com uma mulher casada. Relatou que “era herege, e tão libertino, que não ouvia missa nem se confessava; e dizia que não havia inferno e que tudo era patranha portuguesa (...), que quando estivera em Holanda se confessara à parede”. No processo que se seguiu, sua companheira, Thomázia, contou que ele afirmara que a fornicção simples não era pecado; que podia provar que Deus não veio ao mundo; que sempre seguira como bem lhe aprovava as leis de Calvino, Lutero e outros protestantes; que não havia inferno, pois “que esta arenga de inferno era como o tutu para os meninos, com que se metia medo, porém que não há tal”; que a alma não era imortal e que a Holanda ou a França eram lugares para se viver, porque lá cada um seguia a sua lei. Várias testemunhas confirmaram a acusação de que ele não ia à missa, ou que, quando eventualmente comparecia, apresentava comportamento pouco ortodoxo, olhando libidinosamente para as mulheres, não fazendo os sinais costumeiros e chegando a chamar o pároco do Tejuco de bêbado. Um seu acompanhante na viagem de volta para o Brasil disse que todo o navio o tinha por herege e libertino e que, durante os ofícios religiosos,

---

<sup>74</sup> Idem, p. 38.

virava o rosto para o mar.<sup>75</sup>

No mesmo ano, Antônio Modesto Mayer procurou se defender de denúncia semelhante. Precavido mostrou às autoridades um papel, datado de 1784, segundo o qual ele se apresentara espontaneamente às autoridades e se defendera das acusações. Nele, confessava que sabia “que se murmurava dele, como de um homem suspeito em pontos de religião”, pois fizera proposições heréticas. A primeira fora que, ao interpelar alguém que se referira aos “discursos de Deus”, disse que “Deus não discorre”. De outra feita, afirmara que, “não tendo a nossa alma boca nem olhos, lhe parecia impróprio dizer-se que os condenados metiam os demônios pregos pelos olhos e deitavam chumbo derretido pela boca, porque não tendo os espíritos qualidade alguma corpórea, eram mal aplicados aqueles termos e que a gente ignorante e rústica poderia ficar crendo [em] algum erro”.<sup>76</sup>

Em 1799, foi a vez de José Joaquim Vieira Couto sofrer denúncias de libertinagem e heresia. Na ocasião, residia em Lisboa, enviado pelos moradores do Tejuco para representá-los junto à Corte.<sup>77</sup> No início do ano seguinte, confessou à mesa inquisitorial que havia praticado algumas libertinagens, mas que isso ocorrera quando ainda vivia no arraial: Durante uma procissão achara a mulher que representava Maria Madalena muito formosa, vestida com roupas lascivas e, juntamente com outros jovens, gracejara que “com que afeto não lançaria Cristo os olhos sobre a Madalena, e como não desejaria ele ver-se bem em particular com ela”. Disse ainda que transgredia os preceitos da religião ao não comer carne em dias proibidos e não ouvir missa nos dias de preceito.<sup>78</sup>

Cláudio Manoel da Costa, ao ser inquirido na Devassa que apurava a Inconfidência Mineira, confessou que o que o levava a se envolver no levante fora “a sua libertinagem, os seus maus costumes, a sua perversa maledicência”. Revelava a transitividade entre o ideário libertino e político, pois os planos visavam “uma espécie de levantamento com idéias de República”. Apontou ainda a relação entre religião e política ao reconhecer que seus atos o levavam ao “evidentíssimo castigo da justiça divina”.<sup>79</sup> Essa mesma transitividade foi expressa por José Vieira Couto quando pediu a revogação de inúmeras leis editadas por Dom José I e Dona Maria I. Salientou que não queria dizer que tais leis fossem despóticas, ao

---

<sup>75</sup> ANTT, IL. Maço 1076, Processo 12.957.

<sup>76</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 13.687.

<sup>77</sup> Júnia Ferreira FURTADO, “Estudo crítico”, in José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*, pp. 20-27.

<sup>78</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 16.809.

<sup>79</sup> *ADIM*, vol. 2, pp. 128 e 134, apud Laura de Mello e SOUZA, *Cláudio Manuel da Costa: o letrado dividido*, cit., pp. 184 e 188.

contrário pediu que “longe de mim tal blasfêmia”.<sup>80</sup>

Em 1802, foi a vez de João Luís de Souza Saião, tesoureiro-mor da catedral de Mariana e comissário do Santo Ofício, denunciar novamente José Vieira Couto por ouvir de várias pessoas que não se confessava, não ia a missa, professava heresias, lia livros franceses e era libertino. Contou que uma tia dele, de nome Francisca de Ávila e Silva, uma das que lhe fizera a denúncia, proibia que ele convivesse com suas filhas, pois estava sempre a inculcar-lhes heresias e que, certa feita, repreendido e obrigado pela mãe, confessou-se mas, de forma irreverente, “demorando-se apenas um credo, se levantara e dissera haver-se acusado de ter morto ou dado em um gato”.<sup>81</sup> No mesmo ano, Saião acusou de libertinagem a Simão Pires Sardinha, segundo denúncia da mesma Francisca e de outros. Contou que ele “foi dos libertinos que primeiramente entraram nesse país”; que “ouvira a missa em pé e apenas quando se elevava o Santíssimo Sacramento fazia uma pequena inclinação” e “que dizia que nada era o homem casado usar de outras mulheres, além da sua, por cujo motivo não gostava dele”.<sup>82</sup>

É interessante observar que, a despeito dos altos índices de concubinato nas Minas, a mancebia entre os membros dessa sociedade de pensamento não se explica apenas pela repetição dos padrões comportamentais locais, mas adquiria uma dimensão sócio-religiosa e política. O que os denunciante e inquisidores viam como traços de imoralidade era, na verdade, uma postura libertina que recusava a noção de pecado, era contrária ao celibato, refutava os princípios morais advogados pela religião católica e advogava uma vivência mais próxima das leis do mundo natural. É nesse contexto que se pode entender a afirmação de Sardinha contra o respeito aos sagrados laços do matrimônio, as de José Vieira Couto sobre não ser pecado a fornicção simples e as de seu irmão de que ele e Cristo teriam desejado aquela Maria Madalena lasciva. É dessa mesma maneira que se pode compreender a resistência ao casamento e a manutenção de longas relações ilegítimas entre eles, como as de José Vieira Couto com Thomázia Onofre de Lírio e, depois, com Perpétua Felicidade da Cunha, de quem teve uma filha ilegítima; de José Joaquim com Maria Madalena, mulher casada, ao mesmo tempo que se relacionava com uma “secundária”; de Cláudio Manoel da Costa com Francisca Arcângela; de Basílio da Gama e Inácio José de Alvarenga Peixoto com a viúva Joana Isabel de Lencastre Forjaz, em Cintra, a quem chamavam Jônia em seus poemas; e a desse último com Bárbara Eliodora, no Rio das Mortes, do qual nasceu um filho ilegítimo, antes de finalmente se casarem. Já Simão Pires Sardinha

---

<sup>80</sup> José Vieira COUTO, *Memórias sobre a capitania das Minas Gerais*, p. 89.

<sup>81</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 15.991.

<sup>82</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 16.966.

nunca se casou e Tomás Antônio Gonzaga permaneceu solteiro até os 45 anos, quando foi preso, e não parecia despender muito empenho em legalizar a relação com sua afamada “Marília”. O mesmo se pode dizer do aberto concubinato estabelecido pelo cônego Luís Vieira da Silva e pelo padre Rolim, de cujos relacionamentos resultaram descendência ilegítima.

### **Biblioteca e sedição: práticas de leitura**

O estudo clássico de Eduardo Frieiro, intitulado *O diabo na livraria do cônego*,<sup>83</sup> sobre a biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, uma das maiores da Minas, chamou a atenção dos estudiosos para a transitividade entre as idéias professadas pelos inconfidentes e os livros que os mesmos possuíam.<sup>84</sup> Se por um lado, o mobiliário das casas em Minas Gerais era simples ou quase inexistente; por outro, contrastavam o conteúdo e o alto valor das bibliotecas. Também o hábito de leitura oral era disseminado e o empréstimo de livros entre os membros dessa sociedade de pensamento era comum, constituindo uma Boemia Literária.<sup>85</sup> Nos *Autos da Devassa* é evidente que forte influência do movimento foi a Ilustração francesa, cujos escritos se encontravam nas diversas bibliotecas dos envolvidos,<sup>86</sup> como *O Espírito das Leis*, de Montesquieu; *A Enciclopédia*, de Diderot e D’Alembert; obras do abade Mably; de Turgot; e de Volney, *The ruins, a survey of the revolutions empires*, que criticava a religião e chegava a defender a expropriação e venda dos bens da Igreja; entre outros autores.

Aspecto importante tanto das denúncias inquisitoriais quanto dos Autos da Devassa é a menção à leitura compartilhada de vários livros proibidos, o que foi componente importante para a conformação do ideário dessa República de Mazombos. Não se pretende aqui, defender que a simples posse de livros proibidos fosse suficiente para provocar um levante ou revolução. O mesmo afirmou José Joaquim Vieira Couto, buscando safar-se de possuir vários deles. Disse que “o ler os livros, e sabê-los ler, não fazendo abuso, era coisa permitida”. Chamava a

---

<sup>83</sup> Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livraria do cônego*, São Paulo, Edusp, 1981.

<sup>84</sup> Luís Carlos VILLALTA, “Os Clérigos e os Livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII”, in *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 8, n.º 1-2, pp. 19-52, 1995; idem, “O diabo na livraria dos inconfidentes”, in Adauto NOVAIS (org.), *Tempo e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 367-395.

<sup>85</sup> Robert DARNTON, *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIII<sup>e</sup> siècle*, cit.

<sup>86</sup> Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livraria do cônego*, cit.; Paulo Gomes LEITE, “Duas edições anônimas de d’Alembert em Diamantina”, in *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 16, maio 1989, pp. 43-46.



atenção para a agudeza de espírito presente entre aqueles que não se deixavam seduzir pelas idéias contidas nas obras proibidas e “antes pelo contrário, [estas] serviam de apoio e base para a manutenção de seus fins, respeitando as leis da decência, e do respeito à Igreja e ao Estado”.<sup>87</sup> Antônio Modesto Mayer, ao ser confrontado com a leitura de livros proibidos que lhe inspirara idéias heréticas, protestou “que os errados princípios daqueles escritos nem um só momento o fizeram hesitar sobre as verdades da nossa santíssima religião”.<sup>88</sup> Por traz da defesa que sustentava frente aos inquisidores ficava claro que estas obras corroíam os pilares sob os quais se assentavam os estados absolutistas – *a lei, a fé e o Rei*. Não por acaso, a Inquisição esteve atenta e associou à libertinagem, a posse de livros, geralmente referidos como “franceses”.

Importante influência sobre os inconfidentes, como tem apontado a historiografia mais recente,<sup>89</sup> foram os discursos jurídicos de legitimação da monarquia portuguesa formulados desde a Restauração, que se baseavam na Segunda Escolástica, professada pelos tomistas. José Vieira Couto, por exemplo, possuía o *Tractus de Legibus, De lege naturali*, de Francisco Suarez (1548-1617), um dos seus mais importantes expoentes. O autor postula a relação entre as diversas hierarquias de leis (divina, natural e humana) e defende que a lei humana, derivada da natureza, era positiva, pois os homens as criam com o objetivo de governar as repúblicas. A lei da natureza, por sua vez, “fornece a base moral para as leis positivas das repúblicas” e, dessa forma, refutam que as sociedades políticas tenha sido criadas por Deus, e sim que as repúblicas seculares foram instituídas por seus cidadãos. Assim, o consentimento dos súditos seria a base de qualquer sociedade política.<sup>90</sup> Não por acaso, após a Restauração portuguesa, houve em vários pontos do império aclamações a dom João IV e essa mesma importância do beneplácito dos súditos à ordem política instaurada pode ser vista na ordem que Beltrão e Rolim receberam, na carta levada por Vitoriano Veloso, para gritarem um “Viva o Povo!” e dessa forma amotinar o Tejuco, dando início à sedição.

Mas também entre esses letrados mazombos a filosofia iluminista se amalgamava a um extrato precedente de ideais e práticas licenciosas.<sup>91</sup> Os livros, es-

---

<sup>87</sup> ANTT, IL. Maço 28. Processo 16.809.

<sup>88</sup> ANTT, IL. Maço 28. Processo 13.687.

<sup>89</sup> Luís Carlos VILLALTA, *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFLCH-USP, 1999; Joaci Pereira FURTADO, “O falso manifesto da revolução que nunca houve”, in *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 3, n.º. 31, maio de 2006, pp. 80-83.

<sup>90</sup> Quentin SKINNER, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 426-443.

<sup>91</sup> Robert DARNTON, “Sexo dá o que pensar”, in Adauto NOVAIS (org.), *Libertinos e Libertários*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

pecialmente os franceses, considerados pelos inquisidores como libertinos e jacobinos, embazavam muito do conteúdo heterodoxo de seu ideário de natureza moral, religiosa e política. Sobre José Vieira Couto, por exemplo, foi dito que o receptáculo de suas idéias eram os livros, especialmente um holandês que andava na algibeira. Assim, quando quis provar a sua companheira Thomázia que a confissão era inútil, “mostrava-lhe livrinhos ou lhos lia”. O mesmo fizera com uma tia sua, chamada Rita Godói, que para a “persuadir coisas contra a nossa fé e para confirmar (...) lhe lera um livro que trazia na algibeira, que afirmava as heresias que ele dizia”. No navio que voltara ao Brasil, “em lugar de ler algum livro devoto, se punha a ler livro de história, ou de medicina”, “e foi tal o escândalo que o capelão do navio teve brigas e razões com o dito sobre a referida libertinagem”. De fato, ele possuiu extensa biblioteca, uma das maiores da capitania à época.<sup>92</sup> Raro exemplar sobrevivente, onde grafou de próprio punho: *Amsterdam, 8 de outubro de 1780*, foi o *Ars Critica*, de Jean Le Clerc ou Johannes Clericus, que foi um defensor da tolerância religiosa e cujas interpretações sobre a divina trindade, o pecado original e outros dogmas religiosos foram considerados heterodoxos. Possuía ainda os *Colóquios Familiares*, de Erasmo de Roterdam, também severo crítico da Igreja Católica e que denunciava “os monges como clientes constantes das prostitutas e aconselha[va] uma moça que desejava se manter virgem a evitar ‘esses monges robustos e barrigudos. [Pois] a castidade corre mais perigo no claustro que fora dele’”. Era também leitor de Genovese, cujos escritos foram condenados pelo Arcebispo de Nápoles, que o afastou da cátedra de Teologia que ministrava naquela cidade.<sup>93</sup> Qualquer um desses, entre outros, pode ser um dos livrinhos heréticos referidos na denúncia. Com Simão Pires Sardinha andara introduzindo no Tejuco “uns livrinhos (...) que intentavam fazer capacitar que não havia inferno, porque quando a criatura morre vai para os campos Elíseos”.<sup>94</sup> Já Mayer confessou que “movido pelo desejo que tem de se instruir, leu os livros proibidos seguintes, todos escritos na língua francesa: dois tomos da obra intitulada *Evangelho do dia*; um tomo das cartas de Rousseau; um tomo da obra intitulada *Filosofia da Natureza*”.<sup>95</sup>

Como no resto da Europa, libertinagem significava ao mesmo tempo livre pensamento e também licenciosidade e libidinagem. Na Biblioteca Antônio Torres, no Tejuco, resta um exemplar de diversas peças picarescas e de conteúdo erótico que foram representadas em Paris no século XVII. Entre outras, estão

---

<sup>92</sup> Júnia F. FURTADO, “Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto”.

<sup>93</sup> Paulo Gomes LEITE, “Contestação e Revolução na Biblioteca de Vieira Couto”, in *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. 27, jul. 1990, p. 28.

<sup>94</sup> ANTT, IL. Maço 1076, Processo 12.957.

<sup>95</sup> ANTT, IL. Maço 28, Processo 13.687.

ali narradas, muitas de Molière, *Ariane*, *Le Comte D'Essex*, *Vie de Moliere*, *Les Précieuses ridicules*, *Le cocu imaginaire*, *Dom Garcie de Navarre* ou *Le prince jaloux*, *L'École des femmes*, *Le mariage forcé*, *Dom Juan* ou *Le festin de Pierre*, *George Dandin* ou *Le mari confondu*.

Mais recentemente, tem-se atentado para a importância da tradição republicana junto a esses letrados. As raízes do republicanismo entre as elites da capitania parecem, no entanto, ser bastante anteriores à fundação da república norte-americana, a que os inconfidentes constantemente citavam como exemplo a ser seguido.<sup>96</sup> Como já foi dito, a *Histoire des Deux Indes*, do abade Raynal, que analisava o processo de independência dos Estados Unidos e o *Recueil des Lois Constitutives des Etats Unis de L'Amérique*, foram possuídos, lidos e discutidos por vários dos inconfidentes. Este último, “publicado em Filadélfia, em 1778, incluía os artigos da Confederação e das constituições de Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware, Maryland, Virgínia, Carolinas e Massachusetts. Continham, também, os comentários à constituição, de Raynal e Mably e a ampla discussão de Raynal sobre a história do Brasil”.<sup>97</sup> Entre tantos outros, esses dois livros constituíram-se de fato em fonte de inspiração importante para a preparação do movimento.

Não se pretende nessas breves referências fazer uma análise aprofundada de como os livros serviram de fonte de inspiração do ideário dos membros dessa República de Mazombos, mas somente chamar a atenção para essa transitividade entre livros e idéias sediciosas. Mesmo porque o ato de ler é atividade dinâmica, crítica, e suscita formas diferentes de apreensão do conteúdo do mesmo livro, dependendo de quem lê e como lê. O que se pretende é chamar a atenção para o fato de que o mundo luso-brasileiro, em particular nas Minas Gerais, e mais especificamente o Distrito Diamantino, não esteve à margem dos debates que ocorriam entre e no interior das elites ilustradas européias e que, também na capitania, a circulação de livros foi importante difusor desse ideário heterodoxo que articulou religião, política e comportamentos sociais e morais.

Efetivamente, no que se refere ao arraial do Tejuco, todos os viajantes que ali chegaram se impressionaram com a vida cultural local. Saint-Hilare afirmou que “encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de se instruir”.<sup>98</sup> Salientou a capacidade caligráfica, gramatical e musical dos moradores, com o que ficou vi-

---

<sup>96</sup> Heloísa Maria Murgel STARLING, *A liberdade era amável: a formação da linguagem do republicanismo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)*, Tese apresentada ao concurso de professor titular em História do Brasil da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

<sup>97</sup> Kenneth MAXWELL, *A devassa da devassa*, cit., p. 147.

<sup>98</sup> Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, p. 33.

vamente impressionado. Durante sua estada, pôde conviver com uma elite culta e refinada, versada no francês, com quem pôde dialogar em sua língua nativa, o que lhe deixou a mais viva impressão. As práticas de leitura, apreendidas a partir das listas de livros constantes nos inventários pós *mortem* locais e dos processos inquisitoriais de libertinagem, foram importantes para a circulação de idéias e, por isso, seu estudo torna-se importante campo para o historiador da cultura. A exemplo da França, apesar de serem “proibidos todos os livros que ferem a religião, o Estado e os costumes”,<sup>99</sup> esses estavam sempre presentes nas bibliotecas de tejuicanos e mineiros, especialmente os envolvidos na Inconfidência Mineira. Por meio desses livros filosóficos, formulava-se entre os membros dessa sociedade de pensamento idéias contra a religião e o Estado.

### Maçonaria

José Joaquim Vieira Couto, por sua vez, em 1803, foi acusado de ter em sua casa, em Lisboa, a obra do abade Barruel, que fora dos que mais escrevera sobre a Maçonaria, e de estar formando uma biblioteca maçônica, com contribuição de vários membros locais da agremiação.<sup>100</sup> Nesse caso, as autoridades fizeram a associação entre os livros e o ideário maçônico, e o acusaram de sua biblioteca ser formada “dos principais livros ímpios e revolucionários”.<sup>101</sup> Se a adesão à Maçonaria se fazia, de fato, a partir de ritos de iniciação que introduziam o irmão nessa seita secreta, não se pode deixar de reconhecer que grande parte das idéias professadas pelos seus membros no mundo luso-brasileiro pode ser identificada com o substrato libertino, irreligioso e político heterodoxo que eles já professavam.<sup>102</sup> Não por acaso os inquisidores ficavam atentos à posse de livros franceses como indicativo de adesão ao jacobinismo, à libertinagem e à maçonaria. Assim, quando, no Rio de Janeiro, foram descobertas as cartas de Francisco Álvaro da Silva Freire enviadas a seus correligionários maçônicos as autoridades ordenaram uma busca minuciosa nos pertences dos demais passageiros. Debaixo do beliche de um deles, Vicente Guedes, natural de Moçambique, foram encontrados vinte e cinco livros heterodoxos, além de cadernos contendo, um, o catecismo da

---

<sup>99</sup> Robert DARNTON, *L'univers de la littérature clandestine au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Gallimard, 1991, p.14.

<sup>100</sup> ANTT, IL. Maço 28. Processo 16.809.

<sup>101</sup> Apud Alexandre Mansur BARATA, “A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português”, p. 340.

<sup>102</sup> Essa associação foi analisada por Alexandre Mansur BARATA, “Libertinos, afrancesados e pedreiros-livres”, in *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 34-79.

maçonaria, outro, as regras dos seus rituais e, um terceiro, versos e sonetos, apreendendo *Doutrinas perniciosas à Religião*. Interessante observar que, segundo o Vice-Rei, Conde de Resende, esses livros continham “os errados princípios dos novos Republicanos”, apontando novamente para a associação entre a maçonaria e o inconformismo religioso e político.

Porém, a descoberta do envolvimento de José Joaquim Vieira Couto e de Francisco Álvaro da Silva Freire com a Maçonaria data do início do século XIX. De fato, as evidências da penetração da Maçonaria no Tejuco e nas Minas são esparsas e provindas de informações indiretas e sua época de difusão é incerta.<sup>103</sup> Os primeiros sinais da sua presença datou da Inconfidência Mineira e há vários indícios de que ela estava por trás dos conspiradores. Suspirada nas entrelinhas dos Autos da Devassa, nenhum documento conseguiu efetivamente comprovar sua existência nas Minas ainda no século XVIII, apesar de que alguns dos inconfidentes que haviam estado em Portugal haviam ali se associado a lojas maçônicas no reino, especialmente os que recentemente haviam estudado em Coimbra e Montpellier.<sup>104</sup> Uma das raras exceções foi o caso de José Álvares Maciel, que confessou no cárcere ao Frei Raimundo Penaforte sua filiação às idéias maçônicas. Este último, depois da morte do inconfidente, revelou indiscretamente que ele se tornara na prisão um verdadeiro cristão, deixando a “fornalha da franco-maçonaria”.<sup>105</sup> Márcio Jardim analisou os Autos com muito cuidado e postula que é o forte o indício de que uma loja maçônica funcionou na casa do contratador João Rodrigues de Macedo, tendo o Cônego Luís Vieira da Silva, como o seu Grão-mestre, e que, tudo indica, congregou vários inconfidentes.<sup>106</sup> Outra certeza foi que comerciantes do Rio de Janeiro que eram maçons estiveram entre os que apoiaram o movimento. José Joaquim da Maia e Barbalho, que também era maçom, quando procurou Thomas Jefferson, na França, lhe contou que fora enviado e estava patrocinado por alguns deles, que efetivamente sustentaram os réus quando, posteriormente, estiveram presos no Rio de Janeiro.

Indício interessante da presença da maçonaria entre os inconfidentes mais uma vez aparece entre os itens seqüestrados a José Joaquim Vieira Couto, quando

---

<sup>103</sup> É preciso salientar que obtive informações que a Loja Maçônica de Diamantina (antigo arraial do Tejuco) guarda documentos do século XVIII, o que se trata de raridade para Portugal e principalmente para o Brasil. Informações extra-oficiais que me foram passadas revelam que o primeiro livro data de 1730, o que se confirmado revolucionaria todo o estudo da penetração da Maçonaria no Brasil. Não foi possível conseguir licença para consultar esses arquivos.

<sup>104</sup> Alexandre Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, cit.

<sup>105</sup> Márcio JARDIM, *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*, p. 338.

<sup>106</sup> Márcio JARDIM, “A Maçonaria”, in *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*, pp. 311-343.

preso pela inquisição em Lisboa em 1803. Havia “um fragmento de papel [onde escrevera] os nome de quatro réus que foram na Revolução de Minas Gerais, e hoje [estão] degredados em Angola e Moçambique”.<sup>107</sup> Foram exilados para Angola, José Álvares Maciel, Domingos de Abreu Vieira, Alvarenga Peixoto (morreu ao chegar em 1792), Luiz Vaz de Toledo Piza, Francisco de Paula Freire de Andrada e Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Para Moçambique foram Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, Vitoriano Gonçalves Veloso, João da Costa Rodrigues, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Antônio de Oliveira Lopes e José Aires Gomes. José Álvares Maciel era certamente maçom. Tomás Antônio Gonzaga, se não o era no Brasil, com certeza se associou a vários maçons em Moçambique<sup>108</sup> e os dois segundos de cada grupo são os mais suspeitos de também o serem, já que todos três eram todos do círculo particular de Beltrão.<sup>109</sup> Os indícios que Márcio Jardim reuniu sobre a loja maçônica que funcionou na casa de Abreu Vieira foram recolhidos de um depoimento contraditório de Vieira da Mota, que parece assistiu a vários desses encontros. A essas reuniões, além do cônego Luís Vieira da Silva, Tiradentes e Gonzaga, os oriundos do Tejuco, como Vieira Couto e Rolim, foram figuras constantes.

Sobre Sardinha sabe-se que era certamente maçom. Na carta que Silva Freire lhe escreveu, depois de ter sido enviado prisioneiro na ilha das Cobras, dando-lhe notícias de seu estado, destaca-se o trecho: “em toda a parte acho homens honrados :.”<sup>110</sup> A expressão, acompanhada dos três pontos – símbolo maçônico – não deixa dúvidas que ambos pertenciam à maçonaria e se reconheciam como tal. A partir de Sardinha também pode-se estabelecer interessantes conexões entre os membros dessa República de Mazombos e a Conjuração Baiana de 1798, que era abertamente republicana. Um dos participantes desse movimento foi José Borges de Barros. Ele conseguiu escapar da repressão fugindo para Londres e chegou a ser grão-mestre de uma loja maçônica quando passou pela ilha da Madeira. De Londres, planejou um golpe para produzir moeda falsa e, dessa forma, financiar o levante dos “povos do Brasil” para tirar “o Brasil do domínio de Portugal”. Em 1803, tentando concretizar seus planos, enviou dois emissários para Lisboa com

---

<sup>107</sup> Apud Alexandre Mansur BARATA, “A trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811): cultura política, heterodoxia e crise do Império Português”, p. 340.

<sup>108</sup> Adelo GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, cit., pp. 359-360.

<sup>109</sup> A Ode que Gonzaga lhe dedicara se refere aos desentendimentos ocorridos entre o seu inimigo, o governador Cunha Meneses (1783-1786), e Beltrão, então fiscal dos diamantes: “Geme a calúnia no mortal desgosto (...) tal a constância tua, Em meio foi dos pífidos rumores”. Ver Júnia F. FURTADO, *O Livro da Capa Verde: a vida no Distrito Diamantino no período Real Extração*, São Paulo, Anna Blume, 1996, pp. 210-214.

<sup>110</sup> AN, VICE-REINADO, caixa 491, pacotilha 1.

cartas, entre outros, “para um tal Sardinha”, que era seu procurador na Corte!<sup>111</sup> Estas conexões de vários membros dessa sociedade de pensamento com a Maçonaria, ainda que difícil de serem desvendadas, revelam que essa agremiação foi importante fator de coesão e identidade entre eles.

### Afrancesados

Mas voltemos a Francisco Álvaro da Silva Freire. Fazia parte de seus planos conectar os maçons do Brasil para que esses o ajudassem a minorar seu sofrimento e a estabelecer contatos com os maçons brasileiros exilados em Moçambique. Dizia que tão logo chegasse à Goa, onde esperava encontrar outros nações, estes promovessem a sua fuga para a Holanda ou França,<sup>112</sup> pois na Índia, dizia querer demorar pouco tempo. “à Custa da Santa Irmandade, que tem obrigação para isso”, pretendia conseguir chegar a Inglaterra e, daí, “passar para a Holanda, ou para ali ficar, ou para transportar-me à França”.<sup>113</sup> Tudo parecia ter-lhe sido indicado desde Lisboa. Temeroso, Beltrão, que há pouco havia sido nomeado Conselheiro da Relação do Rio de Janeiro, o denunciou ao Vice-Rei.<sup>114</sup> Após alguns anos preso na ilha das Cobras, Silva Freire foi finalmente enviado para Goa. No caminho, parou e se estabeleceu em Moçambique, onde chegou em 1802,<sup>115</sup> com a ajuda de Vicente da Silva Guedes que, apesar de ter tido seus livros apreendidos no Rio de Janeiro, havia seguido até seu destino final. Sob proteção do pai do amigo, o poderoso comerciante João da Silva Guedes, para quem trabalhou como escrivão, conseguiu que o governador pedisse sua nomeação como escriturário da Junta da Real Fazenda. Em Moçambique, desfrutou ainda da companhia de Gonzaga, também da relação dos Guedes e do governador.<sup>116</sup>

Silva Freire conseguiu efetivamente voltar à Europa, mas sua rota foi muito diferente da que imaginara para chegar à França. Em Moçambique permaneceu três anos. De lá, conseguiu embarcar em direção rio da Prata, onde se demorou oito meses em Montevidéu. Ali foi surpreendido pela guerra com os franceses,

<sup>111</sup> Ver Alexandre Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, cit., pp. 58-60.

<sup>112</sup> AN, NP, Fundo 59. Códice 68, vol. 15, fls. 184-184v.

<sup>113</sup> AN, VICE-REINADO, caixa 491, pacotilha 1.

<sup>114</sup> O vice-rei pediu que Beltrão, por saber a língua, traduzisse 5 livros ingleses que foram encontrados com Silva Freire. AN, NP, Fundo 59. Códice 68, vol. 15, fs. 185-185v. Silva Freire morara desde os dez anos na Inglaterra e estudara Filosofia em Paris, depois foi para Coimbra. GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, p. 399.

<sup>115</sup> ANTT, Arquivo dos Condes de Linhares (ACL), Maço 64, doc. 1, Carta para dom Rodrigo de Souza Coutinho de Francisco Álvaro da Silva Freire.

<sup>116</sup> Adolto GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*, cit., p. 402.



que estagnaram as vias diretas até o velho mundo. Assim, foi obrigado a embarcar para Havana, de onde passou para os Estados Unidos da América. Mas suas dificuldades não pararam por aí. O navio em que ia embarcado foi atacado por piratas, que permitiram o desembarque dos passageiros na Gironda, já em solo francês. Fixou-se primeiramente em Bordeaux, onde chegou acometido de febres e sofreu “o rigor de dois invernos, mal coberto e pior alimentado”.<sup>117</sup> Em todo esse trajeto foi protegido pelos pedreiros-livres.

Em 1806, já estabelecido em Paris, escreveu a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho pedindo sua ajuda para voltar à pátria, pois “para isso se precisa [de] Real Licença e [a] completa absolvição do pecado de que me argüiram”. Novamente suas palavras estabelecem a transitividade entre pensamento religioso, moral e político sedicioso. Mas em nenhum momento menciona estar arrependido. Ao contrário, como previra, “seja qual for o meu destino, e viva eu em qualquer País que seja, (...) hei de ser o mesmo em tudo, porque Freire não sabe mudar”.<sup>118</sup> Não parecia ter se estabelecido de forma apropriada, pois registra como endereço a posta restante, e mesmo distante continuava a amar a pátria distante: “haverá muitos que amem a pátria tanto quanto eu, porém, mais, nenhum”.<sup>119</sup>

Por que escrever a Dom Rodrigo? Em 1796, ele foi nomeado para ocupar o novo ministério do Ultramar e a partir daí, até sua morte, foi figura de destaque na condução da política portuguesa. Aberto à Ilustração, discípulo de Pombal e consciente da fragilidade dos laços que ligavam o Brasil a Portugal neste momento, Dom Rodrigo tratou de escutar a voz dos colonos, a fim de aplacar os descontentamentos. Muitas das propostas formuladas pelos membros da Academia Real das Ciências de Lisboa encontravam ressonância no seu ministério e a elite letrada brasileira desempenhou destacado papel junto a ele. Consultou as Câmaras sobre suas necessidades, colocou nativos em postos de comando e designou uma série de naturalistas para efetuarem seus estudos. A Bahia, o Rio de Janeiro e especialmente as Minas foram os objetos de seu maior interesse. Foram escolhidas pessoas de Dom Rodrigo para desempenharem missões científicas: Frei Joaquim Veloso de Miranda, a quem inclusive nomeou secretário de governo em Minas; os irmãos Vieira Couto, a quem encomendou pesquisas mineralógicas; José Álvares Maciel, que fez pesquisas sobre as minas de ferro em Angola. Outros que desfrutaram de seu patronato foram Simão Pires Sardinha e Antônio Modesto Mayer,

---

<sup>117</sup> ANTT, ACL. Maço 64, doc. 1.

<sup>118</sup> AN, VICE-REINADO, caixa 491, pacotilha 1.

<sup>119</sup> Seu interesse de voltar a Portugal se explica devido à uma filha ilegítima que tivera que se tornara herdeira do espólio da família após a morte de seu pai. Temia que seus bens viessem a ser dissipados pela má administração que deles fazia a mãe da menina, sua tutora. ANTT, ACL. Maço 64, doc. 1.

a quem confirmou a nomeação de Intendente dos Diamantes. Também mandou libertar os acusados de participar da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, entre eles Manuel Inácio da Silva Alvarenga. O círculo de membros da República de Mazombos se articulava em torno de Dom Rodrigo e não era por mero acaso que, em 1806, Silva Freire recorria ao ainda poderoso ministro.

De fato, tudo indica que, se Silva Freire não obteve autorização para retornar ao reino, sob patronato de Dom Rodrigo, esteve a serviço de Portugal na França. Oficialmente, em 1818, aparece servindo com o Marquês de Marialva na embaixada local e, extra-oficialmente, é citado como espião de Dom João VI e membro de uma “Ordem do Templo”.<sup>120</sup> Certo é que, agradecido pelo que o ministro lhe granjeou, em janeiro de 1825, de Bruxelas, escreveu desejando-lhe feliz ano novo e,<sup>121</sup> de volta a Paris, em dezembro do mesmo ano, residindo no subúrbio parisiense de Sarcelles, por ocasião do natal, protestando ser “Obrigadíssimo venerador e fiel criado”, enviou-lhe “a minha lembrança e a minha dívida e gratidão”.<sup>122</sup> A adesão de Silva Freire e dos demais membros dessa República de Mazombos aos planos exarados desde a metrópole por ministros ilustrados, como era o caso de Dom Rodrigo, parecem indicar que, em Portugal, o Iluminismo esteve longe de ser radical.<sup>123</sup> No entanto, essa sociedade de pensamento compartilhava uma cultura política radical, marcada pela heterodoxia religiosa, moral e política. O que fica patente é que, nesse momento, inviabilizados os planos de ruptura com Portugal, eles procuraram se alinhar à política desses ministros esclarecidos, que promoviam a participação e inserção da elite ultramarina nos destinos do império. Mas essa era apenas uma das opções possíveis no seu campo de ação.

---

<sup>120</sup> Alexandre Mansur BARATA, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, cit., pp. 70, nota 66.

<sup>121</sup> ANTT, ACL. Maço, doc. 131.

<sup>122</sup> ANTT, ACL. Maço 77, doc. 154.

<sup>123</sup> Jonathan I. ISRAEL, *Radical Enlightenment*, New York, Oxford University Press, 2001.